

Ata da 7ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 19 dias de abril de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos - FGM, realizou-se a sétima reunião do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Participação da Federação Baiana de Quadrilhas (Febaq) e de Lúcia Leiro, Conselheira Titular do Setorial de Moda CNPC/MinC; 2) Apresentação da metodologia de construção do Plano Municipal de Cultura / Mapeamento Cultural de Salvador – Viviane Ramos e Eric Castro, ambos servidores da FGM; 3) Intervenção de Fernando Guerreiro sobre a política municipal de Cultura, caso haja dúvidas referentes à apresentação realizada na última reunião ordinária; 4) Eleições dos conselheiros representantes da sociedade civil nas vagas existentes; 5) O que ocorrer. Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Titulares Adriana Campelo Santana (SEDES); Candidaluz Liberato (Audiovisual); Edvaldo de Jesus Barreto / EdBala (Cabula/T. Neves – Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano–Centro/Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras) Joelice Ramos Braga (SMED); José Augusto Saraiva Peixoto (SECIS); Kilson Santana de Melo (Música); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa – Subúrbio/Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Soiane Gomes Paula (Dança). Os/As Conselheiros Suplentes que compareceram foram Julio Cesar Alves Maciel (Audiovisual); Ivam da Silva Almeida (Música); Flor-de-Lis Dantas e Cardos (IPHAN) e Phedro Pimentel dos Santos Neto (SEMGE); e os servidores da FGM Gildete Nascimento Ferreira, Plutarco Drummond de Magalhães Neto, Eric Castro, Viviane Ramos e Rebeca Caldas. O presidente Eucimar Freitas iniciou a reunião e passou a palavra para a conselheira Joelice ler a ata da reunião colegiada, que foi realizada no dia 04/04, e enviada por e-mail para conhecimento de todos os conselheiros. Entre os pontos definidos, a metodologia das reuniões ordinárias; a padronização da construção de atos, normas e procedimentos do CMPC; a participação dos suplentes nas reuniões e comissões temáticas; as eleições suplementares do CMPC; a participação da sociedade civil nas reuniões do CMPC; as ferramentas de comunicação do CMPC; a metodologia das reuniões ordinárias e a atuação da técnica da FGM a serviço do CMPC, Rebeca Caldas. Ficou definido que os informes poderão ser iniciados mesmo que a reunião ainda não tenha quórum para deliberações e que irão durar trinta minutos, compreendendo o período entre as 17h e 17h30. Para cada ponto de pauta serão disponibilizados dez minutos de fala. Em seguida, a palavra será aberta para as contribuições dos conselheiros, sendo permitidas até sete intervenções por tema, tendo cada uma duração máxima de três minutos, que serão cronometrados e sinalizados por meio de

placa. Ao iniciar a sua fala, cada conselheiro deverá se apresentar para finalidade de registro do áudio, posteriormente escrito na Ata. Os encaminhamentos das reuniões serão feitos por meio de aclamação ou votação. O conselheiro Danilo Moura disse que faltou o esclarecimento sobre o tempo das falas na parte dos encaminhamentos, visto que pode ter uma multiplicidade de propostas a serem votadas, de forma que pode haver confusão. Considerou que a quantidade de intervenções após a apresentação dos pontos de fala seja em número par para, no caso de haver duas proposições, uma não ter vantagem sobre outra. Assim, sugeriu que sejam seis ou oito intervenções. O presidente respondeu que o fato de ser número ímpar foi o que definiu que sejam sete intervenções, mas que haverá adaptação em cada caso, com exceção das situações em que houver muitas solicitações de fala, o que demandará melhor gestão da metodologia da reunião. O conselheiro Danilo Moura apresentou a ideia de, ao invés de colocar a quantidade de intervenções, estabelecer um tempo máximo de discussão, que deverá ser dividido pela quantidade de solicitações de fala. Após o tempo das inscrições, quando necessário, abrir um intervalo para reinscrições, que deve ser de menor duração que o primeiro. O presidente acatou a proposta juntamente com a conselheira Joelice Braga e disse que a metodologia será testada, para ver se é adequada para a reunião. O presidente apresentou o pesquisador da Ufba, Thadeu Hermida, orientando da professora do curso de Ciências Sociais, Maria Salete Souza de Amorim, que tem o CMPC como temática de trabalho, e acompanhará as reuniões do Conselho. Thadeu recebeu a palavra e informou que a pesquisa corresponde ao seu trabalho de conclusão de curso. Acrescentou que também é militante da área da cultura em Salvador e pediu que as pessoas o enxerguem como um pesquisador e como parceiro na construção da cultura no Município. Ele disse que vai participar no mínimo de seis a dez reuniões e vai precisar da lista com os nomes, telefones e e-mails dos conselheiros para que possa entrevistá-los sobre o andamento dos trabalhos do CMPC. Pediu então permissão para acompanhar as reuniões e agradeceu a oportunidade. Em seguida, recebeu a palavra o Sr. Carlos Brito da Federação Baiana de Quadrilhas (Febaq), que agradeceu o convite e o atendimento da solicitação da participação no Conselho. Apresentou a mesa diretora da Febaq, representada pelo vice-presidente Agnaldo Silva, pela secretária Eli Rasec, pela tesoureira Maria José Sacramento e informou que, além de presidente da Febaq, é presidente da Confederação Brasileira de Quadrilha Junina, que tem vinculadas instituições de 24 estados brasileiros. Ele iniciou sua fala destacando a história da manifestação cultural que é centenária e veio ao Brasil por meio dos portugueses e criou suas raízes dentro da maior região cultural do Brasil, que é o Nordeste. Ele explicou que a apresentação das quadrilhas nas quadras corresponde ao último estágio de trabalho que dura aproximadamente 8 meses, tendo em suas composições profissionais de diversas áreas, e acrescentou que o custo para a apresentação de uma quadrilha atualmente

está entre oitenta e cento e cinquenta mil reais. Cada grupo conta com a média de cento e dez a cento e cinquenta integrantes de todas as idades. Ressaltou também que a quadrilha junina não é apenas uma dança, mas interfere nos âmbitos social, educacional e cultural. Ele destacou que Salvador já contou com cento e vinte quadrilhas e hoje há apenas dez grupos. Fez um trocadilho, dizendo que as quadrilhas juninas foram substituídas pelas quadrilhas de marginais, visto que a falta de incentivo inviabilizou os grupos. Exemplificou o bairro do Uruguai que já contou com mais de cinco mil jovens engajados e trabalhando aos fins de semana nas escolas desenvolvendo trabalho cultural, social e educacional, e atualmente não conta com nenhuma quadrilha junina, sendo um dos bairros mais violentos da cidade. Destacou então que as quadrilhas juninas não podem ficar de fora das políticas públicas municipais e estaduais e declarou que existe um decreto que proíbe as escolas públicas de receber apresentações culturais. Logo, se não tem onde ensaiar, não tem como formar grupos. Finalizou destacando que a quadrilha junina deve se transformar em ponto de cultura, ter um edital específico, um festival para ser uma vitrine. O presidente informou que o documento que foi enviado à coordenação colegiada via e-mail será encaminhado para análise da comissão temática de Cultura Popular e Identitária. Em seguida, o conselheiro Danilo Moura pediu que no fim da sessão fosse aprovada a produção de uma Moção de Aplauso para a Associação das Baianas de Acarajé, que foi criada no dia 19/4/1992, no entanto o pleito foi aprovado imediatamente pelos conselheiros. Ele lembrou que a organização foi criada por mulheres majoritariamente negras e mães em Itapuã, tendo como objetivo a luta por direitos sociais e previdenciários e sua representatividade é reconhecida em toda cidade, tendo representantes integrando o CMPC. O presidente lembrou que o conselheiro Danilo Moura será o responsável por produzir o documento, pedindo apoio a Rebeca e Joelice, caso necessário. O conselheiro Tiago Oliveira informou que o trem de Salvador e o ferry-boat têm proibido a realização do projeto Poesia em Trânsito, que leva a poesia para os transportes coletivos de Salvador. Ele pediu apoio do CMPC. A conselheira Joelice Braga informou que a SMED está promovendo a formação de regentes e co-regentes de fanfarras, por meio de convênio com a Ufba, sob a regência do maestro Letieres Leite, utilizando a metodologia do Universo Percussivo Baiano (UPB), com o objetivo de transformar as fanfarras em bandas marciais. O conselheiro Jadson Nascimento pediu ao pleno para dar a sua palavra para alguns representantes da Liga Municipal de Samba Juninos, Nonato Sankey e Vagner Shrek, que mencionaram a importância do fortalecimento da cultura musical popular de Salvador frente à industrialização da música baiana e o risco de extinção das expressões culturais populares. O presidente informou que o controle do tempo nas reuniões será mais incisivo e pediu aos representantes da Liga Municipal de Samba Junino que enviem ao CMPC uma carta solicitando formalmente a participação nos informes em uma reunião do Conselho, em que serão disponibilizados dez minutos de fala, de acordo com o rito apresentado



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



anteriormente. O presidente passou a palavra ao conselheiro Danilo Moura para ler o relatório da comissão permanente de Cultura Popular e Identitária referente ao Mestre João Pequeno de Pastinha, pleito exposto na reunião anterior. O conselheiro Danilo Moura informou que a comissão recebeu uma solicitação de indicação do professor da Ufba e capoeirista formado pelo mestre João Pequeno, Pedro Abib contendo dois pontos: 1) construção de um busto em homenagem a João Pequeno de Pastinha a ser instalado no Largo do Santo Antônio Além do Carmo, em frente ao Forte da Capoeira; 2) Nomeação do circuito alternativo do Carnaval na região do Santo Antônio Além do Carmo como “Mestre João Pequeno de Pastinha”. Destacou que o mestre acumulou títulos no Brasil e exterior, fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola Mestre João de Pastinha em 1981, que continua em funcionamento, com representantes na França, Inglaterra, Alemanha, Suécia, Japão, Israel, Estados Unidos Itália, Espanha, Chile, entre outros. O mestre difundiu a capoeira e a cultura soteropolitana na Europa, Ásia e EUA, sendo intitulado Doutor Honoris Causa pela Universidade de Nova Jersey nos EUA em 1985 e foi membro da FICA (Federação Internacional de Capoeira Angola), com sede em Washington. Recebeu o título de cidadão da Cidade de Salvador em 1998 e foi intitulado Doutor Honoris Causa pela Ufba. Finalizou declarando que, com base nos dados, na relevância histórica de Mestre João Pequeno de Pastinha e da capoeira para a cidade de Salvador, a comissão entende como relevante, necessária e justa a aprovação de ambas as indicações e o imediato encaminhamento para os órgãos competentes das esferas executiva e legislativa, respectivamente. O presidente passou a palavra para o pleno. O conselheiro Tiago Oliveira ressaltou a importância de a Prefeitura oficializar o circuito do Carnaval na região do Santo Antônio, um dos locais mais importantes da cultura de Salvador, que reúne uma diversidade muito grande, com grupos de sambadores e sambadeiras e artistas plásticos, e há mais de vinte anos vem realizando um carnaval por meio de rifas e parcerias. O presidente sugeriu que as contribuições do conselheiro Tiago Oliveira sejam colocadas como adendo do relatório e ressaltou que a oficialização do circuito dá-lhe o direito de ter todo suporte da Prefeitura. O conselheiro Rodrigo Cavalcanti informou que no primeiro ano da gestão foi realizado um festival do samba na região e que a administração foi criticada porque não havia conversado com a comissão de moradores do bairro, sendo que o evento foi abolido. Neste ano, a Saltur iria instalar o palco multicultural do carnaval com diversas linguagens musicais no Santo Antônio, sendo novamente rechaçados pela comissão de moradores, e o palco foi colocado no Terreiro de Jesus. Rodrigo Cavalcanti destacou que a comissão dos moradores do bairro é extremamente atuante e ela mesma havia convocado a Saltur para não oficializar o circuito do carnaval no Santo Antônio. Ele então sugeriu levar ao pleno os representantes da comissão de moradores do Santo Antônio. O conselheiro Danilo Moura sugeriu que seja feito um adendo no relatório aprovando o item 1 (busto do Mestre João Pequeno) e que o item 2 seja

discutido com a comissão de moradores do bairro e o proponente da indicação, o que deve ser feito na próxima reunião ordinária do CMPC. Ele lembrou que se trata de uma indicação e que o item 1 deve passar pelo executivo e o item 2 pelo legislativo. Então, ele sugeriu levar o item 1 para as instâncias da administração pública e o item 2 adicionado com as orientações do Conselho deve ser levado para as análises do legislativo. A conselheira Adriana Campelo informou que dentro do programa Pelourinho Dia e Noite está sendo realizada uma reforma no Largo do Santo Antônio, um dos pedidos da comunidade do bairro. Ela informou que no local havia algumas estátuas que foram retiradas de lá por alguma gestão passada, que foram restauradas pela gestão atual e serão colocadas de volta. Ela disse que é favor de colocar o busto, mas é necessário conversar com a comunidade para que ela possa aprovar. Somente depois a indicação deve ser enviada para a Prefeitura. O conselheiro Fernando Guerreiro sugeriu que a reunião com a comunidade seja feita com a comissão temática, em seguida, a comissão traz os resultados da conversa ao pleno. A comunidade deve participar do pleno apenas se o assunto não se esgotar. O presidente concluiu dizendo que o encaminhamento é que o Conselho considerou a proposta e pede que a comissão discuta os itens com a comunidade, incluindo Pedro Abib. Na próxima reunião, devem ser apresentados os resultados do encontro, e convidados representantes da comunidade, se necessário. Em seguida, a palavra foi dada a Viviane Ramos, que apresentou as etapas de construção do Plano Municipal de Cultura, um dos componentes do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Segundo a lei 8551/2014, que institui o SMC, o Plano é um instrumento de planejamento estratégico, de duração decenal, que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura. Viviane Ramos reforçou que a validade é de dez anos, período que não pode ser alterado com a mudança de governos. O plano deve ser composto por: 1) Diagnóstico da Cultura de Salvador, contendo as fragilidades, potencialidades, oportunidades e fraquezas; 2) Desafios e Oportunidades; 3) Diretrizes e Prioridades, que vão direcionar as ações e metas do plano; 4) Objetivos Gerais e Específicos; 5) Estratégias, Metas e Ações; 6) Prazos, que devem ser viáveis, e acompanhados para que as ações possam ser desenvolvidas dentro do tempo proposto; 7) Resultados e Impactos esperados, salientando o que as ações trarão de positivo para a cultura do Município; 8) Recursos Humanos e Financeiros; 9) Mecanismos e Fontes de Financiamento, detalhando como e onde serão captados os recursos para o desenvolvimento das atividades; e 10) Indicadores de Monitoramento e Avaliação, visto que, considerando a durabilidade de dez anos, é importante que seja desenvolvida uma metodologia de avaliação que deve acontecer periodicamente. Viviane Ramos destacou que, para elaborar o esquema apresentado, o MinC, em parceria com a Escola de Administração da Ufba, ofereceu uma formação para os municípios. Os representantes de Salvador foram ela, como representante do poder público, e Robson Santos, da sociedade civil. O curso online durou oito meses e foi dividido em três etapas:

1) Ambientação à plataforma digital; 2) Revisão dos Conceitos de Cultura; 3) Elaboração do esboço do Plano Municipal de Cultura. Em paralelo aos módulos, foi preenchido um template contendo informações do Município, que foi preenchido pelos dois representantes, sendo orientado e comentado por um tutor, cujo relatório será posteriormente disponibilizado ao CMPC. Viviane Ramos informou que o próximo passo será a construção do Diagnóstico Cultural de forma mais aprofundada, que será feito por empresa vencedora de licitação a ser lançada pela FGM, sendo acompanhada pelo CMPC e as outras instâncias da sociedade civil que participarem, a exemplos de fóruns e grupos de trabalho. Ela informou que o esboço do plano está disponível para o CMPC. Depois, Eric Castro apresentou o Mapeamento Cultural de Salvador (mapas.cultura.gov.br), um sistema desenvolvido pelo MinC que substitui o antigo Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que se propõe a ser a maior plataforma de mapeamento cultural do país. É um sistema de fácil navegação, aberto a agentes culturais e cidadãos em geral, que podem inserir informações sobre o universo cultural brasileiro. Atualmente, a plataforma já conta com trinta mil e trezentos agentes e catorze mil e sessenta e cinco espaços cadastrados em todo Brasil. O sistema é disponibilizado para os municípios para que construam suas bases próprias. Eric Castro informou que em Salvador a base de dados está em homologação, mas, conforme orientações do MinC, deverá ser primeiramente alimentado para depois transportar as informações de Salvador para a base do Município. Eric Castro salientou que o mapeamento é também um instrumento do Sistema Municipal de Cultura e o cadastramento dos agentes culturais deve ser prerrogativa para inscrição de projetos em editais e políticas de financiamento público. Em seguida, o gestor de NTI da FGM deu orientações de acesso e alimentação do mapa e destacou que é um sistema responsivo, que pode ser acessado pelo computador ou smartphone. O conselheiro Jadson Nascimento perguntou se existe algum filtro caso mais de um agente cadastre o mesmo espaço/evento. Eric respondeu que o sistema tem um botão chamado “Reivindicar a Propriedade”, em que o agente deve provar que é o proprietário da informação cadastrada. Inicialmente ele pode entrar em contato com a pessoa que cadastrou a sua informação, caso não seja atendido, pode entrar em contato com o MinC, que soluciona o problema. O conselheiro Danilo Moura fez três perguntas a Viviane Ramos e uma para Eric Castro: Quem aprova o Plano Municipal de Cultura após todos os processos de consulta pública? Quem monitora depois de implantado? Qual o cronograma e a data limite para a instituição do plano? A Eric Castro perguntou se depois que a base de dados estiver sob a administração da FGM, o agente que alimentá-la vai alimentar ao mesmo tempo o mapa do governo federal. Eric Castro respondeu que é um sistema transparente para o usuário. Viviane Ramos respondeu que primeiramente o CMPC valida o documento, que depois é enviado ao Gabinete do Prefeito, sendo posteriormente submetido para aprovação da Câmara de Vereadores, e finalmente a lei é sancionada pelo Prefeito. O monitoramento

será feito pelo órgão que cuida das políticas culturais do município, a FGM. Gildete Ferreira acrescentou que o Plano deve ser elaborado no período de um ano, sendo iniciado pela etapa do diagnóstico, que será executada por empresa licitada, ao mesmo tempo em que o Conselho deve consultar a sociedade. O conselheiro Tiago Oliveira informou que já participou de várias conferências municipais, em que foram elaborados diagnósticos de diversas áreas culturais de Salvador. Perguntou se existe a necessidade de contratar empresa para fazer um diagnóstico e em que momento o Conselho vai participar dessa construção, sendo que, se for após o diagnóstico concluído, serão feitos dois trabalhos, visto que o material terá de ser adequado ao modo de compreensão dos agentes culturais. Finalizou perguntando até que ponto a empresa tem mais competência do que o Conselho de fazer o diagnóstico e qual o custo. Gildete Ferreira respondeu que todo material coletado nas cinco conferências realizadas pelo Município será incorporado no diagnóstico, além de diversos outros mapeamentos realizados na cidade. Ela explicou que a empresa licitada vai ter capacidade técnica para utilizar uma metodologia adequada para coletar todo material e identificar as fragilidades, o que está fortalecido e as necessidades do Município, e que o diagnóstico pronto será apresentado ao Conselho. A assessora da FGM acrescentou que no Termo de Referência já está previsto que a empresa deve considerar os diagnósticos já elaborados, instrumentos utilizados para a construção do diagnóstico do plano. O conselheiro Fernando Guerreiro falou que a licitação será aberta para a empresa que quiser participar e ressaltou o momento de turbulência que está acontecendo no âmbito político, com a mudança de secretários e autoridades municipais, e a necessidade de se priorizar a construção do plano como uma questão de garantias constitucionais para a área da cultura. Sugeriu que seja criada uma comissão temporária composta por um representante de cada comissão permanente que discuta o Plano mais profundamente, realize reuniões além das ordinárias, e traga para o pleno o que estiver sendo feito. O presidente ressaltou que somente na última conferência foram oito contribuições que devem ser absorvidas no diagnóstico. Acrescentou que a comissão proposta pelo conselheiro Fernando Guerreiro deve dialogar com Viviane e Eric, com o objetivo de definir duas coisas importantes, que são o calendário de construção do plano, considerando que o tempo está curto, e o calendário de mobilização da população para alimentar o banco de dados. Ele destacou que o mapa não apresenta as manifestações culturais, mapeia apenas os agentes e os espaços culturais, e perguntou como será possível saber quantas manifestações culturais existem em Salvador. Sugeriu que a comissão temporária de acompanhamento da construção do Plano fosse formada na reunião. O conselheiro Jadson Nascimento perguntou a Eric Castro sobre a possibilidade de corrigir alguma informação equivocada que seja cadastrada no Mapa. Eric Castro respondeu que no sistema são disponibilizadas informações sobre os agentes culturais, como telefone e e-mail, e que ele pode entrar em contato solicitando a correção. O conselheiro



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



Rodrigo Cavalcanti perguntou quem vai cadastrar festas populares, como a Festa do Senhor do Bonfim, Festa de Iemanjá, entre outras, que não têm proprietários evidentes. O presidente destacou que algumas são coordenadas por grupos sociais, como a igreja, associação de pescadores, associações de bairros, etc. Eric Castro respondeu que qualquer pessoa pode cadastrar uma manifestação cultural e quando o dono perceber que a sua manifestação foi cadastrada, ele pode reivindicar da forma que já foi exposta, pois é um processo de construção colaborativa. Eric Castro complementou que no processo de reivindicação o agente terá que provar a sua propriedade, sendo registrado proprietário aquele que puder comprovar. Gildete Ferreira salientou que a FGM, enquanto órgão que também está promovendo o mapeamento, pode estimular a sociedade a alimentar o sistema, identificando e contatando as instituições que promovem as festas e, caso não seja possível, a própria FGM, enquanto órgão que gere a cultura de Salvador, poderá cadastrar as manifestações. O conselheiro Danilo Moura expôs a sua preocupação de que o diagnóstico seja produto de uma elaboração exclusivamente técnica e ressaltou que o diagnóstico também é uma ferramenta política, por isso sugeriu que a comissão temporária proposta acompanhe a construção do diagnóstico do Plano ou que sejam criadas duas comissões. Lembrou que segundo o regimento a comissão é composta apenas por conselheiros, sendo que Eric Castro e Viviane Ramos serão colaboradores, não tendo poder de voto. Sugeriu que o Conselho articule com a Escola de Administração da Ufba para que seja feita uma oficina com os conselheiros para apresentá-los o Plano de maneira mais consistente. Solicitou à FGM que a licitação permita que sejam inscritas organizações sem fins lucrativos do meio cultural, visto que a cidade tem organizações que produzem intelectualmente sobre a cultura. Sugeriu que no segundo momento de construção do plano seja contratada uma consultoria responsável por sistematizar o plano, com realizações de escutas por território e por segmento, de forma semelhante ao Conselho, e inserir no marco da Licitação o diálogo com o Conselho através da comissão. O conselheiro Paulo Hermida perguntou a Eric Castro se mesmo já existindo um mapeamento nacional será feito um mapeamento para Salvador. O conselheiro Fernando Guerreiro explicou que não é simplesmente uma migração, mas que o mapeamento nacional é muito resumido em relação a Salvador. Portanto, será criado um novo banco de dados mais completo, considerando as especificidades da cidade. O conselheiro Paulo Hermida destacou que há um problema na construção da metodologia do MinC, em que a fonte de informação é voluntária, gerando o problema da subnotificação, que deve ser corrigido no sistema municipal, enriquecendo com uma fonte de informação mais segura e regular. Ele considerou também inadequada a metodologia de construção do Plano por meio de duas licitações, uma para o diagnóstico e outra para fazer o Plano. Propôs que seja feita uma licitação única com diversos produtos, para que não haja descasamento entre a produção do diagnóstico e do Plano. Sugeriu que a comissão temporária criada para o

acompanhamento da construção do plano não tenha a obrigatoriedade de ter um representante de cada comissão permanente. O presidente lembrou que há conselheiros que não estão participando de comissão alguma e podem participar dessa. Gildete Ferreira respondeu que a TR construída para a licitação da empresa que irá fazer o diagnóstico já contempla empresas do terceiro setor e do campo da cultura. Ela informou também que a FGM pensou em fazer a licitação contemplando todas as etapas do Plano, mas vai ficar muito caro para a administração, considerando o momento atual de redução de custos. Assim, a ideia é licitar o Diagnóstico, e a FGM juntamente com os Conselheiros devem dar encaminhamento para a segunda etapa, que é a audição por território e segmento. As informações devem ser sistematizadas e será licitada uma consultoria que vai construir o Plano com base nos dados sistematizados. O conselheiro Paulo Hermida sugeriu que a comissão temporária já acompanhe a construção do Termo de Referência. O conselheiro Fernando Guerreiro sugeriu que seja feito um convênio junto à Ufba, para que eles construam o Diagnóstico, o que vai baixar o custo consideravelmente. O presidente lembrou que Salvador tem dez prefeituras-bairros e seis territórios culturais que irão entrar nesse processo. Em seguida foi criada a comissão temporária de acompanhamento da construção do Plano Municipal de Cultura, composta pelos conselheiros titulares Kilson Melo, Jadson Nascimento, Soiane Gomes, Paulo Hermida e Danilo Moura. O presidente recomendou que a comissão já faça um contato com Viviane e Eric para que possam esmiuçar melhor a proposta da FGM do modelo de construção do Plano e o calendário de articulação com a sociedade civil. Eric Castro respondeu ao conselheiro Paulo Hermida informando que a migração do software para a propriedade do Município vai permitir a personalização das suas funcionalidades, como inclusão de mapas por prefeitura-bairro e a criação de relatórios personalizados. Acrescentou que enquanto está sendo gerido pelo MinC, a FGM realiza um gerenciamento limitado, mas com a disponibilização do código fonte vai ser possível trabalhar melhor as questões da cidade. O conselheiro Paulo Hermida acrescentou que é urgente a inserção dos projetos dos editais municipais no mapa e que os agentes culturais devem utilizá-lo como ferramenta de divulgação de seus projetos. Não houve dúvida sobre a apresentação do conselheiro Fernando Guerreiro na última reunião sobre a política cultural do Município no período entre 2013 e 2015. O presidente solicitou técnica da FGM Rebeca Caldas a disponibilização do material para os conselheiros por e-mail. Em seguida, Tato Drummond expôs sobre a eleição suplementar das vagas em vacância no CMPC de representantes da sociedade civil, sendo que totalizam uma vaga titular e suplente no segmento Circo e quatro vagas para suplentes nos territórios Valéria-Cajazeiras, Barra/Pituba-Itapuã/Ipitanga e Cabula-T. Neves/Pau da Lima; e no segmento Artes Visuais. Tato Drummond esclareceu que o processo de eleição suplementar é regulamentado pelo Regimento Eleitoral que normatizou o processo de composição do CMPC durante esta gestão. Assim, mantém-se a comissão

eleitoral estabelecida democraticamente desde o início da criação do Conselho até o final da gestão atual. Ressaltou também que o decreto permite que sejam nomeados, quando houver, o terceiro e o quarto colocados nas vagas em vacância, o que vai ocorrer com o território Barra/Pituba-Itapuã/Ipitanga. Os que necessitarem de eleição suplementar deverão obedecer aos mesmos ritos da primeira eleição, utilizando o mesmo sistema online e respeitando-se a lista de eleitores já cadastrados, portanto o CMPC deve mobilizar os segmentos e territórios específicos em que vai haver eleição. Tato sugeriu que seja criada uma comissão temporária no Conselho que acompanhe o trabalho da comissão eleitoral de operacionalizar a eleição suplementar. Ressaltou a necessidade de não se repetir outro processo de eleições suplementares, com o objetivo de garantir a tranquilidade dos trabalhos do CMPC e destacou a necessidade de que os conselheiros que não puderem participar oficializem suas saídas. O presidente sugeriu, em nome da coordenação colegiada, que ela represente o Conselho junto à comissão eleitoral, dando prosseguimento ao processo durante os trinta dias antes da próxima reunião ordinária. A proposta foi aclamada pelo pleno. Em seguida, foi apresentado o blog do conselho, no endereço www.cmpcsaltador.wordpress.com. Eric Castro acrescentou que o blog vai migrar para o ambiente da Prefeitura, e vai mudar seu endereço para www.cmpec.salvador.ba.gov.br. Quando acontecer, será comunicado oficialmente. O presidente pediu que todos olhem o blog com mais calma, e tragam sugestões de alterações na próxima reunião ordinária. Em seguida, os conselheiros definiram as datas das duas próximas reuniões do CMPC, que serão realizadas nos dias 17 de maio e 14 de junho, no Teatro Gregório de Mattos. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 13 de maio de 2016.